

Relatório INSP-2019-0086
BI-2019-0044

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 29/05/2019 **Hora:** 15:20 **Tipo:** Ação Direta

Motivo da inspeção: Rotina

Inspetor responsável: João PRFB. Silva

Outros inspetores da IRA: António MR. Moutinho

Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto.

No local da Cascalheira não se encontrava ninguém, tendo-se efetuado a verificação sem acompanhamento.

No escritório da empresa Sociedade Comercial de Ferragens do Boqueirão, Lda., situado na zona industrial do Boqueirão, em Santa Cruz das Flores, contactámos o Sr. Hélder Manuel Ribeiro Pereira Alves (gerente da empresa).

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: Primera – Sociedade de Administração e Gestão de Bens, S.A. **NIPC/NIF:** 509671942

Sede/morada: Avenida da Liberdade, 204, 3º Dto

Código Postal: 1250

Freguesia: Santo António

Concelho: Lisboa

Distrito: Lisboa

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: Cascalheira da Ribeira do Cascalho

Endereço: Ribeira do Cascalho, Faeira

Código Postal: 9970

Freguesia: Cedros

Concelho: Santa Cruz das Flores

Ilha: Ilha das Flores

Atividade principal: 25501 - Fabricação de produtos forjados, estampados e laminados

Outras atividades: 47521 - Comércio a retalho de ferragens e de vidro plano, em estabelecimentos especializados; 23610 - Fabricação de produtos de betão para a construção; 45320 - Comércio a retalho de peças e acessórios para veículos automóveis.

Período de funcionamento: ---

Licenciamento da atividade: 1/DRA/2013 (cessado)

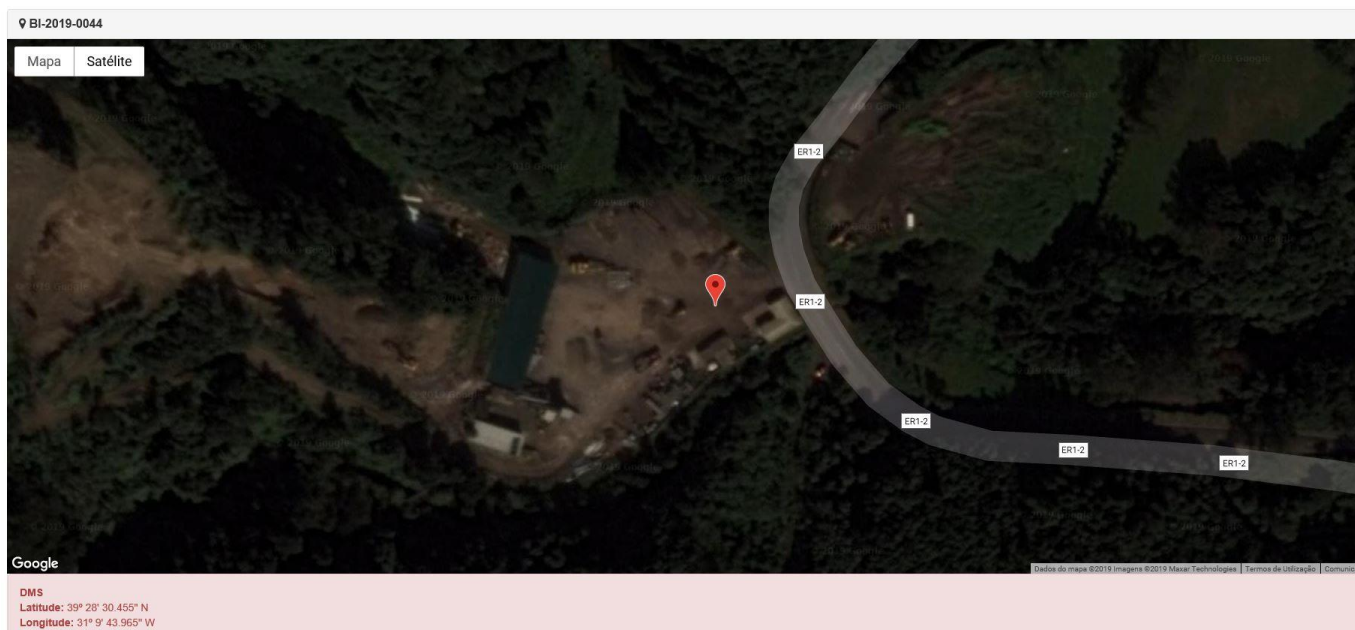


Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

2 – Situação observada

2.1 – Antecedentes

- A empresa “Sociedade Comercial de Ferragens do Boqueirão, Lda.” detinha o Alvará n.º 1/DRA/2013, de março de 2013, para operações de gestão de resíduos (com validade até 31 de março de 2018);
- A 13/09/2013 foi efetuada uma inspeção (IRA) à instalação, não tendo sido detetadas irregularidades. Verificou-se que o operador (OGR) apenas tinha recebido uma carga de resíduos (de betão armado) desde a data da obtenção da licença;
- A 27/01/2017 o OGR requereu à DRA a cessação do exercício da atividade de gestão de resíduos, por ofício;
- Ao requerimento a DRA respondeu a 13/03/2017 estabelecendo a obrigação de entrega do referido alvará e de o OGR proceder ao encerramento e limpeza do local (remoção do passivo).

2.2 – Descrição da situação observada

Da ação inspetiva no dia 29/05/2019, resultaram as seguintes informações:

- O terreno/instalações foi vendido à empresa “Primera – Sociedade de Administração e Gestão de Bens, S.A.” a 10/03/2015, conforme informação do gerente da Sociedade Comercial de Ferragens do Boqueirão, Lda., Sr. Hélder Alves, comprovado com o contrato de compra e venda;
- O passivo de resíduos foi praticamente todo retirado, verificando-se no local uma máquina retroescavadora (operacional, não é resíduo), alguns resíduos de plástico numa baía, alguns resíduos de metal junto à mesma baía, algumas tábuas de forro resultantes de obras e alguns entulhos conjuntamente com terras e pedras a delimitar/servir de barreira para encaminhar a água de um afluente, por trás da cascalheira, para a linha de água principal, evitando que a mesma escorra para a estrada. Verificou-se ainda a presença de alguns cabos elétricos armazenados dentro do telheiro. O terreno encontrava-se delimitado e a entrada fechada com um portão/barreira e um contentor atravessado.



Foto 1 – Entrada das instalações (propriedade vedada por muros e entrada com cancela e contentor).



Foto 2 – Aspeto geral.



Foto 3 – Contentor armazenado com placas caídas.

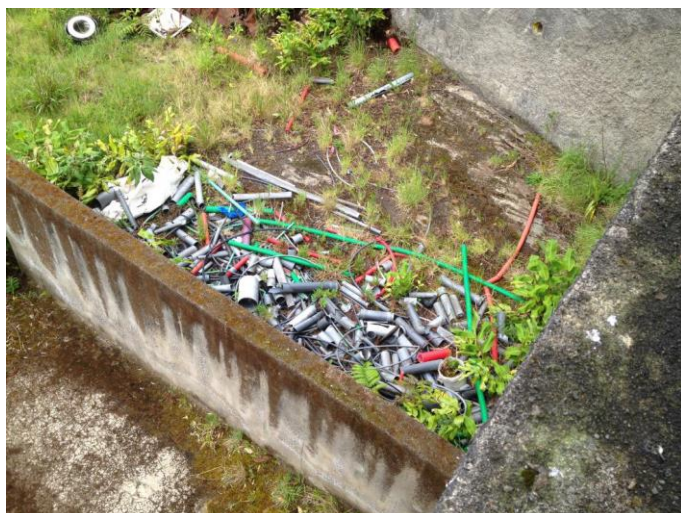


Foto 4 – Restos de tubagens de PVC (resíduos plásticos) depositados numa baia.



Foto 5 – Resíduos metálicos depositados em baía.



Foto 6 – RCD's (betão e betão armado) misturados com terra e pedras.



Foto 7 – Madeiras resultantes de atividades de construção e demolição depositadas no local.



Foto 8 – Cabos metálicos armazenados.



Foto 9 – Linha de água (afluente à ribeira principal) que atravessa a propriedade.



Foto 10 – Talude criado com terras e pedras para orientar os escoamentos (água) para a ribeira.



Foto 11 – Muro de vedação na zona de descarga de um afluente na ribeira principal.



Foto 12 – Depósito de aluvião da ribeira presente em toda a área plana.

2.3 – Enquadramento legal

De acordo com o n.º 1 do artigo 12.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, a gestão dos resíduos constitui parte integrante do seu ciclo de vida, sendo da responsabilidade do respetivo produtor, sem prejuízo do regime de responsabilidade alargada do produtor do produto.

Em caso de impossibilidade de determinação do produtor dos resíduos, a responsabilidade pela respetiva gestão recai sobre o seu detentor, conforme estabelecido no n.º 3 do mesmo artigo.



3 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

- O abandono ou a descarga de resíduos não perigosos em instalações ou locais não licenciados para a realização de operações de gestão de resíduos. O incumprimento do dever de encaminhar os resíduos não perigosos para locais licenciados para a realização de operações de gestão de resíduos, em violação do disposto no n.º 4 do artigo 15.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, constitui contraordenação ambiental grave prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 229.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, punível nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de € 12 000 a € 72 000 em caso de negligência e de € 36 000 a € 216 000 em caso de dolo, se praticada por pessoas coletivas.

4 – Indicações e medidas adotadas

Sendo difícil comprovar que os resíduos presentes no local são anteriores à venda do terreno, a responsabilidade pela respetiva gestão recai sobre o seu detentor, pelo que o atual proprietário deverá ser notificado para a sua remoção, num prazo de 20 dias úteis.

Angra do Heroísmo, 5 de setembro de 2019

O Inspetor

(João Paulo Resendes Fernandes Bettencourt da Silva)